

A USP QUE SE NEGA A SER PRETA, PARDA E INDÍGENA

João Peres, Moriti Neto, Tadeu Breda e Thiago Domenici
Jornalistas



O ano de 2015 marca a chegada a um nó no debate sobre desigualdade étnica na USP. A Ocupação Preta, coletivo estudantil, conseguiu aglutinar insatisfações — e expor desconfortos alheios — ao entrar em salas de aula com o objetivo de discutir racismo e políticas afirmativas. Sua abordagem forte tem reaberto velhas feridas de uma universidade forjada pela oligarquia e inicialmente destinada apenas aos bem nascidos. O Conselho Universitário autorizou a adoção do ENEM como opção à Fuvest para o ingresso, a critério das unidades. Medicina, Direito e Escola Politécnica negaram-se a aderir

O Ministério da Educação estima que estudantes pretos, pardos e indígenas ocuparam 20% de 48.676 vagas ofertadas pelas universidades federais em 2014. “Enquanto isso a USP tem 7% de alunos negros”, diz o professor Ricardo A. Ferreira



Juliana Levra de Jesus



Professor Ricardo Alexino

Somente em 2012 passou a vigorar a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que determina às universidades federais distribuir 50% de suas vagas entre quatro subcotas: candidatos egressos de escolas públicas; de escolas públicas com baixa renda; candidatos pretos, pardos e indígenas (PPIs) de escolas públicas e PPIs de escolas públicas e baixa renda. Cada instituição federal tem autonomia para decidir se vai ou não adotar uma política de ação afirmativa. As cotas podem ser raciais (para negros, pardos e índios), sociais (para oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência) ou uma combinação dos dois modelos, ou seja, dentro da cota de vagas para estudantes vindos de escolas públicas são reservadas vagas para negros, pardos e índios.

A USP resiste, impávida (vide *Revista Adusp* edições 43, 2008; e 47, 2010). Depois de adotar por mais de uma década o claudicante Programa de Inclusão Social (In-

clusp), sempre com resultados pífios, a universidade finalmente decidiu, em 2015, aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujos resultados passam a contar na forma de créditos aos estudantes interessados em ingressar na USP como alternativa ao vestibular da Fuvest, por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU). Porém, cabe a cada unidade de ensino decidir se vai ou não adotar essa modalidade, bem como a proporção de ingressantes via Fuvest e via ENEM.

O professor Oliveira avalia que o movimento por cotas cresceu na USP nos últimos anos. Primeiro, porque a universidade foi obrigada a dar algumas respostas, “ainda que insuficientes” como no caso da adoção do ENEM, já que vários dos cursos mais concorridos decidiram não aderir. Segundo, porque “o movimento estudantil colocava essa questão de uma maneira muito pontual, e agora é o principal item da pauta de reivindicações”. Juliana Gaj Levra de Jesus, do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Li-

vre “Alexandre Vannucchi Leme”), argumenta que a USP vai na contramão do País ao não implementar as cotas raciais. “Para quem a Universidade é feita? As cotas não são implementadas. Nossa avaliação é de que a USP é um grande exemplo de como não ser democrática”.

Julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, a Lei de Cotas tem sido exitosa na sua implementação. O Ministério da Educação estima que 20% das 48.676 vagas ofertadas pelas universidades federais foram ocupadas, em 2014, por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas. “Enquanto isso, a USP tem só 7% de alunos negros”, critica o jornalista e professor Ricardo Alexino Ferreira, coordenador do Neinb-USP, citando dados de 2012. “Essa situação gerou o documentário ‘USP 7%’, que constata o racismo estrutural da universidade”, lembra o educador. Os números mais recentes fornecidos pela instituição indicam um aumento de 1,4% no dado que intitulou o filme: pretos, pardos

Daniel Garcia

**Carine Nascimento**

e indígenas agora são 8,4% do total de estudantes da universidade.

A estudante negra Carine Nascimento, 21 anos, lembra bem do comentário que a patroa de sua mãe fez à época em que prestou Fuvest, em 2011: “A Carine não vai passar, porque as minhas filhas [brancas] não passaram”. Atualmente cursando o último ano do curso de Educomunicação na ECA, diz que até hoje tem a sensação de que a universidade não foi feita para ela — “parece que eu sou uma coisa meio marginal” — e questiona os reais motivos de a USP recusar-se a adotar as cotas sociais e raciais. Ela avalia que entrar na universidade sem o uso dessa política afirmativa foi possível por uma conjunção de fatores positivos, como ter vivido outras políticas e programas sociais voltados para estudantes de baixa renda: “Hoje o sujeito sonha um pouco mais com o ensino superior, mas sonhar com a USP é mais difícil, porque a universidade não participou do processo de construção de políticas que podem mudar

trajetórias. E o cruel é o cara não poder sonhar que ele pode”.

Entre os que se posicionam contrariamente às cotas raciais, falar em política de reparação histórica parece não fazer sentido. “Não sou contra a cota, mas não acho que ela deva beneficiar etnicamente. Ela deve beneficiar populações sem condições financeiras, geralmente vindas de escola pública”, resume João Baptista Borges Pereira, professor emérito do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). A professora Eunice Durham (FFLCH) avalia que a desigualdade econômica, e não a cor da pele, é o fator mais importante do desnível educacional brasileiro. “A cota é um jeito de resolver o problema com pouco trabalho. Você não precisa superar as deficiências do ensino médio. É antidemocrático, antieducativo, porque você coloca pessoas com deficiência séria de formação na universidade”.

Hoje, os negros representam 70% dos 10% mais pobres do país, ao passo que os brancos somam 85% dos 10% mais ricos. Por trás do debate, uma outra questão controversa, o vestibular: método que valoriza o aluno capaz de estudar ou prova discricionária, que elimina possibilidades de quem não teve acesso a uma formação mais completa? “Na minha opinião, cotas são estratégias emergenciais. Se o aluno está em uma escola boa, não importa a cor. Vai prestar o vestibular. Se é bom, é bom. A USP tem de selecionar muito bem intelectualmente seus alunos. Porque não pode jogar fora o capital intelectual que ela

tem só para demonstrar que é democrática. Isso é bobagem”, avalia o professor Borges Pereira.

“Claro que política de ação afirmativa é algo provisório, temporário. Mas até quando? Até quando existirem esses mecanismos sistêmicos que impedem que determinados grupos possam concorrer em condição de igualdade com outros”

Tal alegação de princípio, de que as cotas são injustas porque violam a meritocracia e a isonomia para vagas públicas, é “equivocada”, avalia Ronaldo Barros, secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Para ele, o ponto é perceber como injustiças históricas foram cometidas por meio dessa ideia, ou seja, entender que pessoas aprovadas em exames vestibulares (ou concursos em geral) não chegam ao pódio unicamente por causa de seu empenho. “Claro que política de ação afirmativa é algo provisório, é algo temporário. Mas até quando? Até quando existirem esses mecanismos sistêmicos que impedem que determinados grupos possam concorrer em condição de igualdade com outros. Então, enquanto houver um

sistema que hierarquize, secundarize, impeça o acesso e crie barreiras e mecanismos de acessibilidade, vão existir cotas”, afirma Barros.

É importante que a USP passe a refletir e adotar medidas mais eficazes, provoca o secretário de Ações Afirmativas da Seppir. “Imagine o que um indígena não provoca de mudança na sala de aula: na forma de vestir, no saber que traz, na necessidade que o professor tem de traduzir, retransmitir e potencializar esse conhecimento. Então, a presença desses grupos na universidade muda processo, muda cultura, muda estado civilizatório. E os dados têm mostrado que muda para melhor, não precisa ter medo, não”.

O medo a que Barros se refere diz respeito também a uma segunda alegação meritocrática muito comum (que aparece na formulação da professora Eunice Durham), a de que os alunos cotistas, por terem menor base de conhecimento, rebaixariam a qualidade da instituição. “Estudo promovido pela UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro] demonstra que o desempenho dos cotistas e não-cotistas é muito semelhante. Segundo a pesquisa, as notas de cotistas chegaram a 8,077 contra 8,044 de não cotistas em cursos como o de Administração, só para citar um exemplo. Outras universidades que adotaram o sistema de cotas comprovam desempenho semelhante”, explica o professor Alexino Ferreira.

“Mesmo pública, a USP tem donos”, diz o coordenador do Neinb. Na sua avaliação, a universidade mais famosa do país padece de um “complexo eurocêntrico”, por isso, sempre

se posicionou como “uma ilha de excelência no país, esforçando-se muito pouco para que essas benesses de formação fossem acessíveis aos diferentes segmentos sociais”.

Quando questionada sobre a adoção de cotas raciais, a universidade se defende, lembrando que desde 2006 possui o Inlusp como política afirmativa. Voltado para alunos de escolas públicas, o programa consiste na aplicação de diferentes bônus sobre a nota do vestibular: de 12% para o aluno que cursou o ensino médio em escola pública; de 15% para quem cursou o ensino fundamental e o ensino médio na rede pública; de 20% para os alunos do Programa de Avaliação Seriada (Pasusp) que cursaram o ensino fundamental na rede pública e ainda estejam no segundo ou terceiro ano do ensino médio em escola pública. Há ainda um bônus extra de 5% concedido àqueles que se declararem pretos, pardos ou indígenas. Porém, ao longo de uma década, o Inlusp não conseguiu ampliar de modo expressivo a presença de negros na USP (e indígenas menos ainda).

Lançado em 2013, outro programa gerou inconformidade do movimento pró-cotas. Trata-se do Programa de Inclusão por Mérito (Pimesp), proposto às universidades públicas estaduais pelo governador Geraldo Alckmin. O Pimesp prevê a adoção de cotas gradativas para alunos da rede pública, até atingir 50%, sendo 35% para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Estes estudantes, porém, teriam de submeter-se a um curso à distância oferecido pela Universidade Virtual do Estado de



Professor João Baptista Pereira

São Paulo (Univesp), com duração de dois anos. “É muito cruel”, avalia Carine. “É como se dissessem: ‘Ah, tem de fazer isso porque ele não é tão bom assim’”, crítica.

“A USP aderiu ao ENEM porque, ao mesmo tempo que não quer implementar cotas raciais, sabe que não dá mais não querer fazer nada. É estratégia de amenizar um pouco essas reivindicações. Não pode dar um braço inteiro, então dá um dedo”

Há dois anos, em reação ao Pimesp, a Frente Pró-Cotas Raciais encaminhou um anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa (Alesp) no qual propõe uma reserva total de

Daniel Garcia

**Fernanda Silva e Souza**

55% das vagas, nas proporções de 25% para negros e indígenas, 25% para estudantes da rede pública e 5% para pessoas com deficiência. Também tramita na Alesp um projeto de lei apresentado em 2012 pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), o qual cria um sistema de cotas, com vigência por dez anos, para um total de 35% das vagas na USP, Unesp, Unicamp e Fatecs. Essa fatia seria dividida entre afrodescendentes e indígenas (15%), alunos da rede pública (outros 15%) e pessoas com deficiência (5%).

Fernanda Silva e Souza, 21, que cursa o penúltimo ano de Letras, avalia que todos esses programas criados pela USP são paliativos. “A USP aderiu ao ENEM porque, ao mesmo tempo que não quer implementar cotas raciais, sabe que não dá mais não querer fazer nada. É uma estratégia da universidade de amenizar um pouco essas reivindicações. Já que ela não pode dar um braço inteiro, então dá um dedo”. De fato, a USP reservou ao SISU do Ministério da Educação apenas

13,5% das vagas que ofertará em 2016: 1.489, de um total de 11.057. E dos 143 cursos de graduação da USP, somente 13 farão reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Os cursos de Medicina, Direito e Engenharia, a tríade da graduação tradicional da USP, rejeitaram aderir ao SISU do Ministério da Educação como método alternativo de ingresso de estudantes — e, por extensão, descartaram toda e qualquer política de cotas. São justamente os espaços em que ações afirmativas fariam mais diferença. José Roberto Castilho Piqueira, diretor da Escola Politécnica, vê como positiva a autonomia para que as unidades decidam a respeito. “As diversas unidades procuram ingressantes com perfis diversos e podem adaptar o ingresso aos seus objetivos”.

Segundo a Fuvest, nas carreiras com mais de dez candidatos por vaga no vestibular, a faixa de matrícula de autodeclarados pretos, pardos e indígenas é de 13,2%, enquanto o total de alunos de escolas públicas é de 25%. Nas faculdades com nível de concorrência intermediário, as fatias sobem para 18,1% e 33,1%, respectivamente, e ascendem a 24,5% e 45,8% nos cursos menos procurados.

Apesar do crescimento geral nos últimos anos, os percentuais ainda estão bem abaixo do considerado ideal pelos movimentos que se batem por cotas. Pretos e pardos somam 34,6% do total da população paulista, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Para Fernanda, que mora no extremo leste da cidade e demora duas horas para ir e outras duas horas para voltar da universida-

de, narrativas como a dela, “negra de escola pública que entrou na USP”, devem servir para evidenciar o quanto as cotas são necessárias.

A estudante conta que depois de um ano de ativismo político dentro do *campus*, resolveu militar no âmbito da academia. “Comecei a estudar e ler várias obras, para fazer pesquisa de literatura, que é minha área, sobre escritores negros, então estou comparando Lima Barreto com Carolina Maria de Jesus. Hoje em dia eu digo que minha militância é minha pesquisa e que minha pesquisa é minha militância”. Nesse sentido, ela reforça o argumento do secretário Barros, da Seppir, e pontua que a entrada do estudante negro na universidade não serve somente para a diplomação. “Possibilita que pesquisem, como eu, assuntos que nunca foram pesquisados”.

O reitor M. A. Zago, ao comemorar a decisão do Conselho Universitário (de junho de 2015) que optou pela adesão ao ENEM mas negou-se a discutir a implementação de cotas raciais, cometeu um ato falho ao declarar que a USP ficara “ilhada” por anos, mas que agora começava “a quebrar essa parede”. Por certo, não se trata da mesma parede metálica que isola as futuras instalações do IRI (nova e promissora unidade de ensino da universidade), separando-as do teimoso Núcleo de Consciência Negra. “Quantos pretos você viu hoje?” As palavras seguem a martelar o muro. Ora na tentativa de barrar sua expansão, ora na expectativa de botá-lo abaixo. Nesse caminho, a velha estrutura resiste, não sem rangidos e fraturas.